

Índice

Coisas Que não Podem Ser	11
O Problema Ibérico	21
Conto do Vigário	43
“Um Vigarista” (Coda)	57
O Antigo Pip	65
Estilo e Indivíduo	77
Impessoalidade	89
Posfácio	117
Obras Citadas	121

Coisas Que não Podem Ser

“Tenho dezanove anos e nunca sei para que é que cheguei a ter tanta idade”, desabafa Maria José num curto monólogo analítico, o único monólogo feminino de Fernando Pessoa, dirigido a um Sr. António¹. Dividindo-se entre aqueles que reconhecem e os que não reconhecem a diferença entre as obras heterónimas e as sobras heterónimas, há nos estudos pessoanos um microdebate em torno do estatuto de Maria José. Qualifica-se ela como um heterónimo? Por um lado, Pessoa não a nomeou como tal² e a sua carta não preenche (dizem uns) os mínimos olímpicos da poesia. Por outro lado, ela *tem* uma obra, aliás, *completa* (o que é mais do que se pode dizer sobre a obra de Alberto Caeiro), obra que exhibe um estilo distinto (o que é mais do que se pode dizer sobre Bernardo Soares e, como tal, sobre Pessoa ele mesmo). Um possível critério de desempate é o facto de a obra de Maria José parecer cumprir a única função claramente definida por Pessoa para os seus heterónimos. A de escreverem, como o Chevalier de Pas da sua infância, cartas dele a si mesmo na pessoa de outros³.

“[Não] me posso mexer e assim estou como se fosse parálitica”, queixa-se ela a António, “o que é uma maçada para todos cá em casa e eu sinto ter que ser toda a gente a aturar-me e a ter que me aceitar que o senhor não imagina.”⁴ Corcunda, tuberculosa, afectada por “uma espécie de reumatismo nas pernas”⁵, o modo como vê a sua existência traz à memória a, igualmente à janela,

autodescrição de Álvaro de Campos em *Tabacaria*: a do poeta enquanto “cão tolerado pela gerência”⁶. Não surpreende, então, que explique a sua “inveja de toda a gente”⁷ pela maneira como todos, menos ela (visto que “é triste ser marreca e viver sempre só à janela”⁸), andam de um lado para o outro no mundo.

“O senhor”, por exemplo, “anda de um lado para o outro” e “vejo toda a gente a passar de um lado para o outro”⁹. Na verdade, a julgar também pelos jornais e pelas “revistas de modas que emprestam à minha mãe”¹⁰, andar de um lado para o outro é, para Maria José, no fundo, uma definição de “pessoa” (“o que as pessoas fazem”):

uns são ministros e andam de um lado para o outro a visitar todas as terras e outros estão na vida da sociedade e casam e têm baptizados e estão doentes e fazem-lhe operações os mesmos médicos, e outros partem para as suas casas aqui e ali, e outros roubam e outros queixam-se, e uns fazem grandes crimes e há artigos assinados por outros e retratos e anúncios com os nomes dos homens que vão comprar as modas ao estrangeiro¹¹ [— etc.]

“Andar de um lado para o outro” é, por outras palavras, a racionalização minimal para toda a espécie de acções concebíveis sob aquilo a que Maria José chama “ter um modo de vida”¹². Em parte porque naturalizámos a possibilidade de andar de um lado para o outro, não levaremos muito a sério a ideia (examinada em tempos por Pessoa) de a possibilidade de perseguir quaisquer modos de vida assentar na pura e simples liberdade de movimentos. Sombra funesta de Schopenhauer, Maria José tem, ao contrário de muitos de nós, uma visão compreensivelmente deflacionada da noção de livre-arbítrio. Enquanto o resto de nós anda por aí de um lado para o outro pelo mundo, “parece que sou um vaso com uma planta murcha que ficou aqui à janela por tirar de lá”¹³, suspira; — acrescentando, como que a citar de memória o *Livro do Desassossego*, que se imagina “um trapo [...] que ficou no parapeito da janela de limpar o sinal redondo dos vasos quando a pintura é fresca por causa da água”¹⁴.

Apesar de pertencer à espécie humana, Maria José suspeita, por isso, “não ser gente” mas antes uma criatura intermédia: “*uma espécie de gente* que está para aqui a encher o vão da janela e a aborrecer tudo que me vê, valha-me Deus.”¹⁵

É de notar que, na sua perspectiva (e a sua carta é de facto um exercício de perspectiva), ter um modo de vida não é, em rigor, um direito, apenas uma possibilidade. Possibilidade de que está, por defeito, arredada. Para agravar a sua tragédia, talvez o “direito a viver” não seja aquilo a que a filosofia chama um direito natural, mas um privilégio reservado a certo tipo de ocupações. Pelo menos, a avaliar pela opinião de um outro António mencionado, o da oficina, amigo do seu pai, António segundo o qual “toda a gente deve produzir qualquer coisa, que sem isso não há direito a viver, que quem não trabalha não come e não há direito a haver quem não trabalhe”¹⁶. Compreende-se que Maria José dê por si a ponderar, afinal, “que faço eu no mundo, que não faço nada senão estar à janela com toda a gente a mexer-se de um lado para o outro, sem ser paralítica”¹⁷.

Saindo da carta por instantes, a doutrina do António da oficina é definida por Fernando Pessoa noutro texto (c. 1918?) como *socialismo*, “uma ausência total de liberdade”. “Não são os escravos que querem libertar-se: são os escravos que querem escravizar tudo. Se eu sou corcunda, sejam todos corcundas”, comenta, num esboço de diálogos sobre tirania, em que evoca uma concepção medieval de liberdade, de facto, a mesma de Maria José, a da “liberdade, não como um direito, mas como um privilégio”¹⁸. Pudesse ela “mexer-se de um lado para o outro, sem ser paralítica”, logo poderia, é claro, “produzir à vontade o que fosse preciso porque tinha gosto para isso”¹⁹. A desvantagem da concepção de “liberdade” do socialismo (tal como a do capitalismo), parece ser, então, para Pessoa, a de entender os direitos de indivíduos em relação a uma concepção estritamente económica de liberdade individual²⁰. Por outras palavras, é uma concepção insuficiente de liberdade, já que não abrange casos análogos ao de Maria José. Assim, importa a seguinte pergunta: que concepção de liberdade e que género de direitos individuais poderemos então reconhecer,

não à humanidade como espécie, mas à “espécie de gente” a que Maria José pertence²¹?

A sua paralisia, a pena de não ser gente e o esclarecimento de que “é a alma que me dói, e não o corpo, pois a corcunda não faz dor”²², lembram, sem dúvida, uma autodescrição, neste caso, de Bernardo Soares, a de que pertence aos “aleijados do espírito”²³, cuja “inapetência para a acção inevitavelmente feminiza”²⁴, ou antes, aquela “espécie de homens que estão sempre na margem daquilo a que pertencem”²⁵. “Falhámos”, admite ainda, no que deixa claro que se vê na mesma família da corcunda, “a nossa verdadeira profissão de donas-de-casa e de castelãs sem que fazer por um transvio de sexo na incarnação presente”²⁶. Podemos assim imaginar a figura de Maria José como a de uma insuspeita caricatura schopenaueriana dos aleijados espirituais a que Soares se refere e, nesse sentido, como uma encarnação irónica da condição do escritor. Indiferentes ao poder (“As coisas do estado e da cidade não têm mão sobre nós”), são “criaturas nascidas nos interstícios das classes e das divisões sociais [...], o lugar social dos génios e dos loucos com quem se pode simpatizar”, cujo “mistério é não ser nada”²⁷. Resta-lhes, no fundo, a vida de Maria José, que vive só à janela. Tal como Soares e, de novo, como o Álvaro de Campos de *Tabacaria* (em cujas palavras também “Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada.”²⁸), a sua única vocação é, tristemente, a da “contemplanção estética da vida”²⁹.

Repare-se a propósito que, embora possam (ao contrário dela) mexer-se de um lado para o outro, a posição do parapeito é, de facto, a situação natural destas três figuras. Pese embora a capacidade de se moverem fisicamente pelo mundo, a consciência exacerbada do seu posicionamento *aprisiona-os* no lugar do parapeito de um modo irreversível. Para se libertarem deste aprisionamento seria necessário levarem-se a esquecer-se da sua própria posição, o que parece ser inviável. Qualquer gesto de resistência à consciência, qualquer tentativa de esquecimento, constituiria já um recuo, por envolver um movimento consciente da vontade. Nem mesmo um Alberto Caeiro, que por esta altura aliás já morrera, lhes poderia valer nesta situação³⁰.

Os únicos modos viáveis de libertação parecem ser momentâneos: ora sonhos (que por definição não duram muito); ora cigarros e chocolates (que por definição existem fora da consciência, e também duram pouco tempo); ora, por assim dizer, Esteves *ex machina*, ocasionais incidentes de rua que, desviando o eu para fora de si, dão origem a intervalos de auto-esquecimento (e.g. gatos pegados com cães; fulano a sair da tabacaria; montes de pedras no caminho, etc.). Tal não os livrará, porém, da tirania da consciência exacerbada do seu posicionamento, da sua imobilidade como espectadores: a consciência de que não podem relacionar-se com as suas vidas senão sob a perspectiva de um parapeito a que estão inelutavelmente presos; a consciência de que *não se pode* “sentir tudo de todas as maneiras”, de que se é *inseparável* da própria vida, de quem se é, do próprio corpo e da própria índole, das próprias circunstâncias; a consciência áspera de que “ha so um caminho para a vida, que é a vida...”³¹ — facto que Pessoa tudo faz por disfarçar e desmentir³². Até mesmo a agradável memória do intervalo se converte, justamente por ser memória do intervalo, em símbolo desse posicionamento. A diferença relevante entre Álvaro de Campos, Bernardo Soares e Maria José não é realmente a de serem homem, mulher, *tourist*, guarda-livros, castelã desocupada, nem sequer a qualidade da sua prosa. Apenas os distingue a atitude de cada um no confronto com a consciência da sua posição e, digamos assim, o estilo dessa consciência.

Como se prevê, essa atitude tem reflexo nas razões invocadas por cada um para o ofício da escrita. Maria José diz, por exemplo, “se não escrevo, abafa”³³. Apenas meio ironicamente, Álvaro de Campos confessa fazê-lo, além disso, também “para provar que sou sublime”³⁴. Soares, que consideraria possivelmente “um exagero e um incómodo” a atitude de ambos, fá-lo, por sua vez, “como a menina que borda almofadas, para se distrair, sem mais nada”³⁵.

Veremos mais à frente que a obra-prima de Bernardo Soares talvez não seja o *Livro do Desassossego*, mas uma série de sonhos, substituto da literatura lida, de que nos vai contando, mas a que jamais teremos directo acesso³⁶. A possibilidade de alguém